

MESA DIRETORA FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

DAMOSIEL LACERDA DE ALENCAR
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Flamarion Portela
Deputado Jalsler Renier
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Chicão da Silveira
Deputado Coronel Chagas
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Ionilson Sampaio
Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Coronel Chagas
Suplentes:
1º - Deputado Sargento Damosiel
2º - Deputada Aurelina Medeiros

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Remídio Monai

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Erci de Moraes
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Chicão da Silveira

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz
Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Célio Wanderley
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra
Deputado Jalsler Renier
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Flamarion Portela

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Marcelo Natanael

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Jânio Xingú
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Jânio Xingú
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Dhiego Coelho

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Sargento Damosiel
Deputado Erci de Moraes
Deputado Soldado Sampaio

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Jalsler Renier
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Jean Frank

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho
Deputado Célio Wanderley
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Remídio Monai

SUMÁRIO	Atos Administrativos	
	Resolução de Afastamento nº 372/2012	2
	Atos Legislativos	
	Ata da 2124ª Sessão Ordinária na Íntegra	2
	Ata da 2125ª Sessão Ordinária na Íntegra	6
	Ata da 2126ª Sessão Ordinária na Íntegra	8
EXPEDIENTE	GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL	
	Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR Telefone: (95) 3623-6665	
	ELÂNDIA GOMES ARAÚJO Gerente de Documentação Geral	
	VICTOR TAVARES PIRO Diagramação	
MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES	As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h	
	É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.	

ATOS ADMINISTRATIVOS

RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO E SUPRIMENTOS DE FUNDOS

RESOLUÇÃO Nº 372/2012

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento da servidora **MAYARA CARDOSO LOPES, Auxiliar Parlamentar V**, para viajar com destino ao município de São Luiz do Anauá, no período de 22.08 a 25.08.2012, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às suas atividades funcionais junto aquele município, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 20 de agosto de 2012

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

ATA DA 2124ª SESSÃO, EM 05 DE JUNHO 2012.

43º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.

=ORDINÁRIA=

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICÃO DA SILVEIRA
(Em exercício)

Às nove horas do dia cinco de junho de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quarta vigésima terceira Sessão Ordinária do quadragésimo terceiro período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Senhor Presidente, há quórum regimental para abertura da Sessão.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus, e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário Remídio Monai) - (Lida a Ata.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) –Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

-Memorando nº 027, de 04/06/12, do Deputado Marcelo Natanael, comunicando sua ausência na sessão dos dias 05 e 06/06/12.

EXTERNOS:

-Ofício nº 187/12, de 30/05/12, do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2012.

-Comunicado nº AL024966/2012, de 22/05/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros para execução do programa FNDE, da Associação de Pais e Mestre da Escola Municipal Pequeno Polegar.

-Comunicado nº AL024967/2012, de 22/05/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros para execução do programa FNDE, da Associação de Pais e Mestre da Escola Municipal Aquilino da Mota Duarte.

-Comunicado nº AL024968/2012, de 22/05/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros para execução do programa FNDE, da Associação de Pais e Mestre da Escola Municipal Criança Feliz.

-Comunicado nº AL024969/2012, de 22/05/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros para execução do programa FNDE, da Associação de Pais e Mestre da Escola Municipal Vovó Clara.

-Comunicado nº AL024970/2012, de 22/05/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros para execução do programa FNDE, da Universidade Estadual de Roraima.

-Comunicado nº AL024971/2012, de 22/05/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros para execução do programa FNDE, da Associação de Pais e Mestre da Escola Municipal de Ensino Fundamental Ioladio Batista da Silva.

-Comunicado nº AL033121/2012, de 22/05/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros para execução do programa FNDE, da Associação de Pais e Mestre da Escola Municipal Darci Ribeiro.

-Comunicado nº AL033122/2012, de 22/05/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros para execução do programa FNDE, da Associação de Pais e Mestre da Escola Municipal Professora Glemiria Gonzaga Andrade.

-Comunicado nº AL033123/2012, de 22/05/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros para execução do programa FNDE, da Associação de Pais e Mestre da Escola Municipal Branca de Neve;

Ofício nº 045/12, de 23/05/12, de 23/05/12, da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado de Roraima, apresentando a pauta de reivindicação do 8º Grito da Terra Roraima.

-Ofício nº 937/12, de 30/05/12, da Caixa Econômica Federal, notificando Credito de Recursos Financeiros do Orçamento Geral da União.

-Ofício nº 169/12, de 30/05/12, do Sindicato dos Policiais Civis do Estado de Roraima, solicitando uma auditoria jurídica e contábil nas Leis que tratam da evolução remuneratória da Polícia Civil de Roraima.

-Ofício nº 097/12, de 31/05/12, do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Roraima, encaminhando exemplar do Jornal Interno do INMETRO e Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade, referente ao mês de abril.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – proceda à chamada.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, senhoras e senhores que se encontram em nosso Plenário.

Eu iria falar sobre a nossa participação na UNALE, mas fatos novos ocorreram, os quais fazem com que eu venha colocar um pedaço da minha história para que Vossas Excelências entendam o porquê do que vou dizer agora. Comecei como técnico em Contabilidade, depois me formei na Universidade Federal de Roraima, em licenciatura plena em história, fiz minha pós-graduação em gestão pública, pela Fundação Getúlio Vargas, e exerci vários cargos públicos na minha vida. Fui o primeiro Prefeito de Mucajaí, depois fui convidado para ser Secretário de Promoção social, aceitei o cargo e depois criamos a Secretaria do Trabalho de Bem Estar Social. Durante a minha gestão nessa secretaria, trouxemos o SESI, o SESC, o SENAI, o SINE, vários órgãos que hoje compõem e fazem a história de Roraima. Depois da Secretaria do Trabalho, fui convidado para ser secretário de finanças da Prefeitura do município de Boa Vista, e tive a honra de ser o vice-prefeito da nossa capital. Posteriormente, fui Superintendente do INCRA, Diretor Operacional da CODESAIMA, depois fui eleito primeiro Prefeito do município de Iracema, reeleito com 70% dos votos. Após, fui Diretor do Setor Habitacional da CODESAIMA e, finalmente, Presidente da Companhia. Hoje, sou Deputado Estadual. E, por que digo isso, Deputado Chicão? Porque amanhã o Conselheiro Henrique Machado, que foi indicado por esta Casa para o Tribunal de Contas do Estado, estará se aposentando. Quero deixar claro aqui nesta Casa que tinha compromisso com o Deputado Célio Wanderley, o qual ainda não esteve aqui na Tribuna para dizer que é candidato a Conselheiro. Eu estou dizendo hoje, e peço o apoio dos meus colegas, com o meu perfil técnico, com perfil de gestão pública, que sou candidato a Conselheiro do Tribunal de Contas do nosso Estado. Não posso e não quero acreditar que algum colega, Deputado Erci de Moraes, o Senhor que representa esta Casa pela experiência peculiar da sua história de vida, desta Casa, venha indicar alguém que não seja deste Poder para ocupar em cargo, cuja nomeação compete a esta Casa. Não posso acreditar, não posso crer, porque ao longo da história do Congresso Nacional, as vagas são de Senadores e Deputados Federais, como por exemplo: José Jorge e José Mucio, os últimos eleitos que recentemente saíram do Poder Legislativo. E, sendo assim, estou pedindo o apoio dos Senhores para que votem numa pessoa do parlamento e, me coloco à disposição dos nobres Deputados para assumir esta função que legalmente pertence a Assembleia Legislativa.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Erci de Moraes – Deputado Joaquim, considero da mais alta pertinência o assunto abordado por Vossa Excelência. Esta Casa, tenho cansado de repetir, precisa demonstrar a cada dia que é um Poder que precisa ser respeitado. Não tem sido raro a escolha do Conselheiro do Tribunal de Contas, estranho a esta Casa, enquanto nós temos direito a dois terços dos cargos que constituem o Tribunal de Contas. Cada vez que nós transgimos ou abdicamos do nosso direito, nós estamos entregando algo que é nosso por direito, pois é legítimo ocuparmos esses cargos. Dessa forma, Deputado Joaquim, eu não só sou a favor como parlamentar, como vou fazer a minha parte, lutando para que não prospere tentativas de quererem buscar pessoas estranhas como já ocorreu tantas vezes nesta Casa. A vaga deverá ser de um de nós Deputados, e acredito que devam levar em consideração a antiguidade na função. Nós temos dois Deputados com seis mandatos nesta Casa, e acho que deveríamos fazer uma escala baseada na antiguidade, no mérito, no perfil, enfim, que cada vez que vagasse um cargo no Tribunal, automaticamente nós tivéssemos um candidato desta Casa.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz continua. - Obrigado, Deputado Erci de Moraes.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Gabriel Picanço. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Deputado Joaquim, quero me juntar a Vossa Excelência e parabenizá-lo pela sua atitude de querer galgar essa vaga do Tribunal de Contas, a qual é de direito do Parlamento. Quero dizer que se a chapa for registrada, pode contar com o nosso apoio e lealdade para que possa assumir um cargo de relevância no Estado para o bem do nosso povo.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Chicão da Silveira – Deputado Joaquim, obrigado pelo aparte que me concede. Quero cumprimentar Vossa Excelência pela iniciativa, pela coragem de vir à Tribuna e se manifestar publicamente sobre essa nova abertura de

vaga no Tribunal de Contas, Vossa Excelência está apta a assumir esse cargo, tem conhecimento, competência e, quero ressaltar que o meu voto será para um dos colegas parlamentares deste poder legislativo. Também quero reputar o meu apoio, como disse o Deputado Erci, aos mais antigos. Se o Deputado Célio não for candidato, conte com o meu apoio integral para que possamos lutar. Deputado Joaquim, no Tribunal de Contas acontece coisas preocupantes. O órgão é um mero auxiliar deste Poder Legislativo, mas os Conselheiros se sentem acima de tudo e de todos, não há uma convivência harmônica, a maioria deles estão escandalizados em propina, extorsões. Esse Conselheiro que está se afastando, eu o conheço de perto, por onde esse cidadão passou, foi expulso a bem do serviço público, por corrupção e desvio de conduta. E agora, no Tribunal de Contas, novamente está sendo expulso a bem do serviço público e, o mais preocupante é o que está acontecendo nos bastidores, pois ele está vendendo sua vaga por um milhão e meio de reais para por em seus bolsos e mais um milhão e meio para comprar os votos dos Deputados, para por lá uma pessoa que não conhecemos, que não tem vínculo nenhum com este Poder. Será que ele está pensando que os Deputados vão se vender? Isso é um absurdo, não podemos aceitar uma corte, que tem poder fiscalizador, não ter isenção com as coisas que acontecerem, não ter transparência. Eu queria, Deputado Joaquim, dizer a Vossa Excelência que o conheço há 30 anos, bem como sua vida pública, sua conduta, o senhor está apto para assumir aquela corte e dar um impacto de moralidade a favor do Tribunal de Contas. Parabéns a Vossa Excelência pela coragem.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Deputado Joaquim, eu queria pautar minha fala de modo bem sereno, seguindo o caminho do Deputado Erci que, mais uma vez, com sua experiência de vida, demonstra equífero e responsabilidade. Primeiro, acho fundamental que o Poder Legislativo se valorize, no sentido de se respeitar, de olhar para dentro desta Casa e, dessa forma, buscar alguém que deseje, tenha condição e pretensão de ocupar tão relevante função da Administração Pública Estadual, pois irá pertencer a um órgão de controle que tem a finalidade maior de zelar pela aplicabilidade dos recursos públicos, de zelar para que o dinheiro que sai do bolso do povo, retorne em forma de benefício e que esse benefício, seja o mais satisfatório possível. Quero até lamentar, Deputado Chicão, pois se está acontecendo alguma no Tribunal de Contas, lá é outra instituição. E, quero deixar claro que Deputado aqui não é uma mercadoria que está na prateleira de um supermercado, e alguém chega, passa no caixa, compra e leva para si. O nosso objetivo aqui não é esse, não é de venalidade, mas de exercício de justiça, visando construir o bom caminho enquanto representantes da sociedade, para que se encontre um melhor candidato para ocupar essa vaga que está surgindo. Acho plenamente legítima a atitude de Vossa Excelência, louvável a coragem de estar se colocando também à disposição para que seus pares possam escolher assim como o Deputado Célio Wanderley. Pode ser que outro Deputado pretenda se candidatar e é bom destacar que esta vaga é do Poder Legislativo Estadual. O Deputado Henrique Machado teve assento nesta Casa, foi aprovado, empossado e em seu lugar assumiu uma suplente, na época a Deputada Malu. Louvo Vossa Excelência, espero que tenha êxito na jornada que se inicia agora. Parabéns.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz continua – Obrigado, Deputado Flamarion. Passo a palavra ao Deputado Xingu, Vice-Líder do Governo.

Aparte Concedido ao Senhor Deputado Xingu – Deputado Joaquim, quero me juntar a sua linha de pensamento. nós acabamos de passar por momentos semelhantes, como é o caso dos presidentes de autarquias, fundações que nem são vitalícios. Sabemos que na hora de pedir o voto, eles vêm todos os Gabinetes, fazem banquete, trazem pessoas para tocar violão e, depois que essas pessoas tomam posse dos cargos e são referendados por esta Casa, deixam de receber muitos Deputados porque elas se transformam rapidamente. Temos uma lei justamente para fiscalizar essas pessoas mas não sei por qual motivo ela não é colocada em prática. Há alguns dias atrás, discutimos sobre o que podemos fazer para que essa lei funcione. O Professor João de Carvalho aprontou a regulamentação para que pudéssemos votar, mas está havendo um impedimento da Mesa desta Casa para que ela não venha para o Plenário e, fico imaginando que nós não temos competência, autoridade nem para fiscalizar os Presidentes de autarquias, de Fundações, e isso é empecilho para que Deputado possa exercer o mandato que lhe foi dado através do voto. Agora, um cargo como o de Conselheiro vitalício, ai é muito diferente. Então, Deputado Joaquim, isso deve ser levado em conta e, como bem frisou o Deputado Erci, os Deputados devem fazer uma lista, que deve ser uma sequência

e, cada vez que surgir uma vaga no Tribunal de Contas, essa vaga deverá ser ocupada por um Parlamentar. Agora há pouco, fiquei sabendo que há um candidato a Conselheiro que nunca vi, como se eu tivesse sido eleito e estivesse a sua disposição. Portanto, eu vou trabalhar com todos os meus pares nessa linha de pensamento, e não só para o caso do Tribunal, bem como das Fundações, dos Presidentes de Companhia Mista do Estado de Roraima, para que possamos trazer para o Plenário, para sabatinarmos aqueles que completaram um ano, e para que possam vir aqui trazer suas metas, convencer esse parlamento de que podem ou não continuar exercendo esse cargo.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Jean Frank – Deputado Joaquim Ruiz, parabéns pelo currículo de Vossa Excelência e por trazer à tona esse assunto. Mas acho que o aparte do Deputado Chicão deve ser averiguado, fiscalizado pela Presidência da Assembleia, pois é uma denúncia muito grave dizer que o Conselheiro Henrique Machado está vendendo sua vaga no Tribunal de Contas por três milhões. O Deputado Chicão disse que um milhão e meio é para a compra de Deputados e milhão e meio é para o Conselheiro Henrique Machado. Isso tem que ser investigado de forma séria, porque a Assembleia não deve aceitar esse tipo de acordo. E, concordo que o Conselheiro tem que partir desta Casa, porque somos nós que o elegemos. Então, peço a Presidência que fiscalize, porque não acredito que o Conselheiro esteja vendendo, mas se estiver, temos que denunciar isso e pedir ajuda até à Polícia Federal.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz continua. - Obrigado, Deputados, pelos apertes. Deputado Erci e Deputado Flamarion, Vossas Excelências colocaram, como eu coloquei, que o Deputado Célio, por todo seu passado, por seis mandatos é um nome forte para Conselheiro. Entretanto, esperei até o momento que o Conselheiro Henrique Machado tomasse a decisão de se afastar do Tribunal e esperava uma posição do nosso colega Deputado Célio na Tribuna desta Casa, mas isso não aconteceu, logo, achei por bem trazer o problema para o debate e colocar o meu nome para Conselheiro. O que não quer dizer, meus colegas, Senhores Parlamentares, que isso é um fato consumado, pois na vida pública eu aprendi, durante esses mais de 30 anos, que nada vem fácil, mas como até o presente momento o Parlamentar não veio à Tribuna colocar seu nome, e como os Senhores Deputados Erci e Flamarion disseram, que o nome tem que sair do parlamento exatamente para evitar esse tipo de coisa, eu me coloco à disposição, respeitando, inclusive, outros colegas que queira colocar seu nome também para concorrer a vaga do TCE, pois isso faz parte do processo democrático.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Soldado Sampaio – Deputado Joaquim, fui pego de surpresa. Há dois dias sem Sessões, achava que iríamos entrar numa semana bem produtiva, discutindo projetos da Polícia Civil, cobrando o plano de cargos e salários dos servidores, mas quando cheguei aqui, na Sessão, descobri que o Conselheiro Henrique se afastou e me parece que para a vaga será indicado alguém pela Assembleia. Eu lhe confesso que não tenho posição ainda, e que a oposição também ainda não tem. Nós vamos sentar, agir em bloco e, com certeza, vai haver esse entendimento dentro da oposição, mas, de antemão, temos o pré-candidato natural, Deputado Célio, que tem a nossa simpatia, contudo, temos que conversar se é o nome. Mas também não estou nesse discurso fervoroso de que tem que ser um Deputado, porque há Parlamentar que eu não voto, não quero acordo com colegas que acho que não deveriam nem estar aqui, e muito menos referendado a um cargo vitalício. Temos a grande maioria, pessoas altamente competentes, compromissadas com o serviço público, que têm condições técnicas para assumir, e Vossa Excelência é um deles. Também tenho faculdade de ciências contábeis e me habilito também, agora, acho que precisamos ter um amadurecimento. Fiquei preocupado com a fala do Deputado Chicão pela forma como foi colocado o caso. E temos que buscar o entendimento e pensar naquilo que é melhor para o Tribunal, que tem um papel essencial junto à administração pública, e não só do Estado, bem como dos municípios.

Nós queremos escolher uma pessoa com capacidade técnica e que tenha sim uma boa relação política com a Assembleia. O nosso dever é escolhermos o nome, mas fica a nossa preocupação pelo que foi colocado pelo Deputado Chicão sobre esses indícios, pois ficou cogitado a possibilidade do Conselheiro Henrique Machado ter se afastado ao ter recebido três milhões. Isso é preocupante, haja visto que nivela por baixo a Assembleia. Ninguém está aqui para se render, pelo menos não me comporte dessa maneira. Então, quero pedir a coerência desta Casa para que possamos sentar e decidir, e quem sabe pode ser Vossa Excelência, pois tem todo perfil. Agora, no meu ponto de vista, não é porque é Deputado ou nosso colega que devemos votar

a favor, pois já passamos por dificuldades. Na questão do IPER, olha o perigo que nós corremos, Deputado Joaquim, foi parar na mídia nacional, mas conseguimos abortar através dos movimentos dos sindicatos, associações que foram às ruas, porque houve um remanejamento de investimentos da Caixa Econômica e do Banco do Brasil para o Banco Cruzeiro do Sul. O Presidente do IPER, nesta Casa, disse que era a melhor opção, que entendia de investimentos e que os gerentes, os servidores da Caixa e do Banco do Brasil não entendiam nada de previdência e que, naquele momento, iria tirar o dinheiro da Caixa e do Banco do Brasil para colocar no Banco Cruzeiro do Sul, o qual está falido. Então, nós votamos nele para a Presidência do IPER, porque era um colega, nosso ex-deputado”, e olha no que deu! Se tivéssemos a oportunidade de sabatiná-lo novamente, eu não teria dúvida nenhuma, já tenha a minha sentença decidida, já teria o meu voto, pois ele não tem competência. Colocamos também na CODESAIMA um colega deputado, para assumir aquela companhia, fomos lá recebidos com cafezinho, tapinhas nas costas, ele se comprometeu em dar as informações que solicitamos e nada entregou. Outros requerimentos já foram enviados para entidades, fundações e autarquias, mas até então, não chegou respostas.

Devido a essas situações, eu não voto a favor só porque é Deputado, porque é colega, posso até votar num Deputado, mas se ele me convencer de que merece o meu voto e minha confiança. Acho que nós temos que ter maturidade, tranquilidade para discutirmos amplamente essa questão, para não deixarmos nenhuma dúvida com relação ao nosso posicionamento, escolhendo o melhor nome, que pode estar nesta Casa ou não. Era isso, Deputado Joaquim, muito obrigado.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz continua. - Obrigado pelo seu aparte. Concedo um aparte ao Deputado Jalsler Renier.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Jalsler Renier – Deputado Joaquim, obrigado pelo espaço. Vossa Excelência, como qualquer outro Deputado desta Casa, tem todo direito de apresentar seu nome. O artigo 268 do Regimento Interno desta Casa ampara tecnicamente qualquer pessoa que tenha os requisitos, para que possa apresentar o seu currículo a uma comissão especial referendada por esta Casa. No prazo de 10 dias, essa comissão recebe os currículos para começar individualmente a sabatar, isso é o que está no artigo 268 do Regimento Interno desta Casa. Vossa Excelência tem todas as prerrogativas, é um homem preparado para qualquer função que lhe for destinada. Comungo do mesmo pensamento do Deputado Sampaio ainda não tenho uma opinião formada sobre a minha posição, no tocante ao Tribunal de Contas, porque nós não sabemos se existe realmente, de fato, a saída do Conselheiro Henrique. Então, só vamos tomar uma posição quando esta casa receber o comunicado da vacância do cargo, enviado pelo Presidente daquela instituição. E, não quero divergir da opinião do Deputado Chicão nem do Deputado Jean, mas quero apresentar um ponto de equilíbrio a respeito dessas conversas de que um conselheiro ou outro estaria vendendo sua vaga. Isso é uma coisa que macula a Assembleia Legislativa. Então, a vaga do Conselheiro Henrique é da Assembleia, pois nós votamos, eu votei nele para que fosse escolhido por esta Casa como Conselheiro. Todavia, quero dizer que não podemos avançar sem termos, na verdade, um fato concreto, atirmos pedras sem termos algo concreto para ser apresentado, não podemos macular a imagem de uma pessoa, do Conselheiro Henrique que está no Tribunal há mais de 10 anos, se não há nada que desabone a sua conduta. Então, eu queria simplesmente que nós tivéssemos esse cuidado quando usarmos a palavra, para não desferirmos tiros que de repente possam se voltar contra quem atirou. Então, na verdade, não há nenhuma divergência. Sei das arestas que o Deputado Chicão tem com o Conselheiro Henrique. Se ele sair do Tribunal, é por uma razão política, porque pretende ser candidato a Prefeito no município de Alto Alegre, pois na visão pública dele, ele teria chances de competir e o prazo é só até amanhã ou quinta-feira. E, cabe a qualquer um se candidatar, se tiver interesse pela vida pública, pois o prazo é amanhã.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz continua. - Antes de encerrar, Deputado Jalsler, quero agradecer-lo pelo pronunciamento. A minha linha de discurso foi da apresentação da minha história de vida, das minhas qualidades técnicas. O artigo 268 do Regimento Interno, que o Senhor coloca com outra numeração, existe no Regimento Interno do Senado, existe na Assembleia Legislativa do Amazonas, mas por uma questão de prestigiar o parlamento, se Vossas excelências pegarem a história das indicações da Assembleia do Estado do Amazonas, que é uma das mais antigas do Brasil, vão verificar que geralmente o nome que saía da Casa era o nome de um Parlamentar. Não quero discutir o

aspecto técnico de quem poderá ser indicado, qualquer um, inclusive os que estão aqui presente no nosso Plenário, pode se candidatar. É lógico que não posso e nem quero acreditar, que saia da presidência desta Casa um nome que não seja do Parlamento, ou pelo menos discutido com o parlamento, porque conheço os atributos do Presidente da Assembleia Legislativa desde o primeiro período em que ele faz parte como Deputado.

E, quero dizer que a inexperiência não faz parte disso, porque depois do Doutor Erci, pela idade eu sou o mais velho.

Portanto, reflitam meus colegas Parlamentares, para que se evite esse tipo de coisa e para que saia o nome de alguém desta Casa, deste Parlamento.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Eu estava na sala ao lado, meu caro Deputado Joaquim, ouvindo o pronunciamento de Vossa Excelência, e acho que essa prerrogativa da Assembleia deve ser refletida por todos os parlamentares. Talvez nem seria o momento de discutirmos nomes, mas o fato de não abrimos mão de fazermos uma indicação que seja no mínimo discutida e que seja endossada pela Assembleia e, se possível, que o cargo seja ocupado por uma pessoa que preencha os requisitos, mas nós sabemos que não é bem assim, pois o Poder Executivo costuma impor essas indicações, manda os nomes para cá, e a Assembleia sempre tem aceitado. Acho que podemos viver um momento diferente, pois discutirmos com o Poder Executivo não significa ser subserviente a ele. Obrigado.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz continua. - Obrigado Deputado Ionilson. Encerro Presidente, dizendo o seguinte: Não faz parte do parlamento, um Deputado silenciar quando deve expor. E, foi o que eu tentei fazer.

O senhor Deputado Erci de Moraes – Senhor Presidente, funcionários da Casa, imprensa, amigos que nos prestigiam na plateia. Toda vez que eu tenho a chance de participar de um evento externo, costume fazer sempre uma comunicação, não só em respeito a esta Casa, mas em respeito ao público e a sociedade que nos outorgou o mandato.

Nós tivemos agora, entre 29 e 31 do corrente mês, o XVI Congresso dos Legisladores e Legislativos Estaduais, realizado na cidade de Natal, Capital do Rio Grande do Norte. Eu participo com assiduidade, desde 1999, dos eventos da UNALE, entidade que congrega os legisladores e legislativos estaduais no País. Já assisti bons eventos, regulares e ruins, mas tive a sorte, pelo menos analisando dessa forma, de participar desta vez de um dos mais importantes eventos realizados por aquela entidade. Não vou entrar no detalhe de cada tema, de cada assunto, dos problemas palpantes da vida nacional, porque quero me ater apenas a dois pontos que por si só já justificariam plenamente a realização do encontro.

Refiro-me, inicialmente, as abordagens e debates que ocuparam talvez 1/3 ou mais do evento que abordou o chamado tema Energia Renovável, tema esse da maior importância para os Estados Federados e, por que não dizer, para o nosso País? No encontro podemos constatar que, apesar dos pesares, a nossa situação, quando comparada a de outros países desenvolvidos e principalmente aos países aqui da América latina, nos coloca numa situação de vanguarda, pela disponibilidade de fontes renováveis que temos para geração de energia sustentável. Isso então é alentador. E, acredito que a missão de cada parlamentar é deixar essas informações ao alcance do grande público para que eles possam também avaliar.

Podemos ver pelas autoridades abalizadas que lá desfilaram, que efetivamente nosso Estado está incluído no programa, como já era de conhecimento de muitos, devido a nossa interligação ao sistema nacional de energia do Brasil. Por volta de 2014 deveremos estar aqui chegando com a linha, a partir de Manaus que vai interligar Roraima ao sistema nacional, porque atualmente nosso Estado é uma exceção, em razão do aporte energético aqui da Venezuela.

Um segundo tema, também de grande relevância para os Estados, e porque não dizer para os municípios, é a questão do pacto federativo. Lá também lá foi debatido, dentre os vários temas que são importantes, o endividamento dos Estados Federados com a União, por razões que não temos aqui o tempo e talvez nem a competência necessária para discutir. Todos os Estados contraíram, por diferentes razões, dívidas com a União, o que resultou no que se pôde constatar hoje, numa negociação infeliz que acarretou uma dívida praticamente impagável de muitos Estados, e não só dos que têm carência de recursos, ou dos que ainda são embrionários como o nosso, mas de Estados com aporte de Minas Gerais que, o qual só em 2011, gastou 3,3 bilhões de reais na amortização dessa dívida que é cada vez maior. Só para os senhores terem uma ideia global, os Estados devem hoje à União nada menos do

que 428 bilhões, oriundos de uma dívida que não chegava nem na metade disso. Esses temas foram amplamente debatidos e parece que estão sensibilizando as autoridades federais para que busquem uma saída. Fora isso, muitos outros temas de natureza específica lá foram debatidos, como também assuntos que envolvem os poderes legislativos, a parte administrativa, que tem seus encontros paralelos, o cerimonial, a Escolegis e muitos outros assuntos importantes que podem auxiliar e tornar mais eficiente a gestão do nosso legislativo, como experiências importantes em outros parlamentos, que estão sendo levadas a cabo e que servem de paradigma, de inspirações para nós. O importante nesses encontros, são as palestras e os debates, dessa natureza e envergadura, que são importantes para qualquer cidadão que queira usufruir da troca de informações com seus colegas. Eu, antes de ser parlamentar, fui por mais de 20 anos, pesquisador, participei de centenas de encontros e congressos técnicos, e tirei para a minha vida, uma lição, que o mais importante não era as explanações de um determinado cientista, as quais eu assistia da plateia, mas aquela conversinha durante o cafezinho, de pé do ouvido, quando eu pensava no assunto que me interessava daqueles que tinham a fonte do conhecimento.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Deputado Erci, Vossa Excelência que participa efetivamente do Congresso, da UNALE e está colocando o assunto da pauta, já deve ter observado que os debates desse exercício aqui, nesta Casa, são exatamente os que estão na Ordem do Dia do Brasil: o problema energético, o meio ambiente, a queda do FPE e FPM, o Governo Federal usando recursos, dando isenções com recursos que não são dele, o problema da mineração em áreas indígenas, a situação do indígena no país. Nós tivemos várias reuniões, quando Vossa Excelência escolhia uma, eu ia para outra, mas nós estivemos juntos em quase todas, inclusive, no Parlamento Amazônico quando foi feita aquela apresentação de todas as áreas indígenas do Norte do Brasil, nos Estados da Amazônia, Pará, Acre, Roraima, Amapá, mostrando que o Estado mais prejudicado é o nosso. E, quando discuti os royalties, eu cobrei porque se paga royalty em águas profundas e a Constituição diz que do subsolo o Estado não tem direito a nada, mas ficamos os Estados fortes querendo cobrar royalty de petróleo na Bacia de Campos, como é o caso do Rio de Janeiro, do Espírito Santo, de São Paulo, que querem cobrar royalty a 200 milhas fora da terra. Entretanto, nós aqui não podemos cobrar o royalty do verde, da mineração que está no nosso subsolo. Portanto, o meu aparte foi só para contribuir com o seu pronunciamento nesta Casa hoje, abordando os temas que foram colocados lá e que são temas recorrentes aqui, na nossa Assembleia Legislativa. Obrigado!

O Senhor Deputado Erci de Moraes – Obrigado pela contribuição, Deputado Joaquim. Vossa Excelência frisou os assuntos da pauta muito bem. Cada Deputado tem preferência por determinados temas. E é impossível irmos a uma reunião e dizer que votamos em nome de todos os Deputados. Seria, talvez, uma sugestão, que nas próximas Sessões os nossos parlamentares que participaram, que foram a maioria desta Casa, pudessem pinçar temas com os quais tiveram familiaridade lá e trazê-los para o conhecimento aqui desta Casa.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Gabriel Picanço – Senhor Deputado, só para engradecer o vosso discurso, eu também fiquei um pouco preocupado quando fiz uma indagação ao representante do Ministro das Minas e Energias, sobre as hidrelétricas do nosso Estado, porque às vezes, é notificado nos jornais que eles estão em estudo, ou com estudos concluídos. Em relação à Hidrelétrica do Cotíngo, ele me disse que se não tiver o licenciamento dado pelo meio ambiente, não vai nem para a pauta dos estudos do Ministério. Então, pelo o que ele falou, está totalmente fora de cogitação a Hidrelétrica do Cotíngo se tornar realidade. A do Paredão também está na mesma situação, e sobre a Hidrelétrica do Bem Querer, ele falou que há um problema. Ontem, eu estava escutando no noticiário que essas hidrelétricas de lâminas d'água, como ele chamou, não são viáveis para o país porque elas não geram a mesma quantidade de energia durante todas as épocas do ano. Então, eu acredito que infelizmente, estamos quase desiludidos em relação ao parque energético, através de hidrelétricas. Então, só para contribuir com o vosso pronunciamento, para que o povo de Roraima fique sabendo, a coisa não é do jeito que os jornais estampam, pois ela é bem mais difícil do que a gente pensa e a pessoa que falou em nome do Ministro tem um vasto conhecimento sobre o assunto.

O Senhor Deputado Erci de Moraes continua – Obrigado, Deputado. Quero dizer a Vossa Excelência que aquele ex- Ministro é um homem de grande visão, um nacionalista que, evidentemente, não abriu o jogo nesse assunto porque tinha conhecimento, pois

normalmente ele contribui para esse tipo de evento que ali havia. Lá havia uma multiplicidade de tendências e nós nos perfilamos em uma corrente mais desenvolvimentista, mas, também, lá estavam aqueles ambientalistas de carteirinha. Então, que Cotingo, fique para o futuro, e nós temos que pensar em cem, duzentos anos à frente, pois vai chegar um momento em que Cotingo vai servir aos descendentes de Roraima, com certeza.

Também quero dizer que a nossa Assembleia costuma ser uma das que sempre tem, proporcionalmente ao número de Deputados, uma das maiores frequências nesse tipo de evento e, nesse, não foi diferente. Por isso, sempre temos alcançado alguma distinção ao participarmos daquela organização. Dessa vez nós só tínhamos um cargo no Conselho Fiscal e a nossa representação, mas saímos de lá com quatro cargos na diretoria. Nós assumimos a segunda tesouraria da entidade, o Deputado Chagas, a titularidade do Conselho Fiscal e mais dois representantes que lá foram indicados e confirmados, que foram os Deputados Ionilson e Aurelina. Portanto, teremos quatro vozes nas reuniões periódica da UNALE para dar a nossa contribuição. E, vou aproveitar um pouquinho do tempo que ainda tenho, para fazer algumas colocações que não cheguei a fazer no meu aparte ao Deputado Joaquim. A questão da vaga no Tribunal de Contas merece muito debate para se chegar a um consenso e a sensatez que é o que precisamos ter, todos nós Deputados. Para que os Senhores tenham uma ideia, a estatística é algo que me seduz, pois gosto muito de me referir a dados estatísticos. Em 23 anos de existência, na sua sexta legislatura, sabem quantos Conselheiros esta Assembleia já indicou? Unzinho, o Conselheiro Henrique Machado. E sabe quantos ela deveria ter para completar o seu direito de 2/3? Cinco. Será que em 23 anos nós não temos deputados dentre os que passaram e os que hoje fazem parte desta Assembleia, a altura e com perfil necessário para ser Conselheiro? É óbvio que é aberto a todos. Esta Casa não pode agir diferente, mas é preciso que em cada parlamentar predomine a consciência de que ele tem uma obrigação primeira, que é fazer com que este Poder seja respeitado por quem nos colocou aqui.

Aparte concedido à Senhora Deputada Ângela Portella – Senhor Presidente, Senhores Deputados, não poderia deixar de me manifestar a respeito dessa situação e, também, do seu discurso, muito pertinente por sinal. Eu acho que o primeiro ponto para uma boa reflexão é esse dado estatístico e eu, deputado, venho todos os dias nas escolas, durante as palestras, onde eu frequento socialmente, em casa, falando sobre uma bandeira que eu adotei para mim, que é a valorização do Poder Legislativo. O Poder Legislativo precisa estar cada vez mais forte, porque senão, o povo vai perder a representatividade. O Poder Legislativo representa o povo e se nós não estivermos fortes, o povo não vai estar. Então, precisamos refletir, colocar essa situação através do bom diálogo, do debate, colocar todos os pontos para que nós possamos fazer a coisa certa. E, concordo com o Senhor quando diz que nesta Casa já passaram e ainda hoje há muitos deputados com todos os pré-requisitos e condições para colocarem seu nome à disposição para preencher a vaga no Tribunal de Contas. Muito obrigada.

O Senhor Deputado Erci de Moraes continua – Eu é que agradeço pela sua contribuição, Deputada Ângela. Então, minha gente, está nas nossas mãos a decisão. O Regimento pode dizer que devemos formar comissões e tudo mais, mas também quero lembrar aos meus pares que esta Casa, o que tem de mais soberano é o Plenário, pois é aqui que se decidem, que se tomam todas as decisões através das discussões, dos debates, nos quais, ainda que possam ser acalorados, votamos conscientemente. Então, que se siga todos os trâmites se for confirmada realmente a vaga no Tribunal, mas que tenhamos em mente que a nossa luta, o nosso compromisso deve ser com a indicação de um colega nosso para compor essa vaga e outras que virão, dentro dos dois terços estipulados que é um direito constitucional da Assembleia, pois está na Constituição que dois terços das vagas pertencem aos indicados pelo Poder Legislativo. Então, precisamos ficar vigilantes e atentos a manobras, muitas vezes espúrias, que conduzem para uma outra direção. Eu não vou dizer aqui qual o nome que eu me proponho a apoiar, apoiarei qualquer colega nosso que forme o consenso da maioria nesta Casa. Acho, como convencimento pessoal, que aqueles mais antigos, que já doaram quase metade das suas vidas trabalhando na Assembleia, como é o caso do Deputado Célio, é o nome mais justo a ser escolhido, mas isso depende dele querer, assim como fez o Deputado Joaquim. Então, que haja manifestações espontâneas dos que estão pleiteando essa vaga para que possamos, a partir daí estabelecer critérios que venham até a tornar o assunto pacífico futuramente. Muito obrigada.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Não havendo mais Oradores, passamos para a Ordem do Dia. Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 014/12, que “Dispõe sobre a criação de cargos em comissão para atender o funcionamento da estrutura organizacional da Casa Militar”, de autoria do Poder Executivo. Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

O Senhor Deputado Flamarion Portela pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, quero pedir a Vossa Excelência, que conste na Ordem do Dia de amanhã o projeto de resolução a respeito da normatização, regulamentação de uma emenda constitucional que pede para que os presidentes de empresas, passado um ano, venham aqui prestar contas e serem sabatinados novamente. Nós já temos dois requerimentos aprovados pelo Plenário. E, peço que faça constar também o projeto da Defensoria Pública, pois a comissão já se reuniu, deliberou e ele está pronto para ser votado.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Está registrado Deputado. A resolução de convocação esta nas mãos do Presidente desta Casa e acredito que amanhã poderemos deliberar sobre o assunto, bem como sobre o projeto da Defensoria.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Lido o Projeto de Lei nº 014/12, e o Parecer.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Em discussão o Projeto.

O Senhor Deputado Sargento Damosiel pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, peço vista ao Projeto.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Quero informar ao Deputado que na Sessão anterior, em que foi tratada a matéria foi concedido pedido de vistas em plenário, não podendo ser concedido novamente, o que cabe é pedido de adiamento de votação.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, quem pediu vistas fui eu e foi negado. Eu recorri de uma decisão da comissão no plenário e o presidente da Mesa, ao invés de submeter ao plenário, me concedeu vistas automaticamente. Eu recorri de uma decisão da Comissão, onde o nosso pedido foi negado e resolvi recorrer ao plenário e, naquele momento, o Presidente que estava presidindo a Mesa concedeu vistas em nome da comissão. Portanto, eu não pedi vistas em plenário, até porque não foi discutido no plenário.

O Senhor Deputado Flamarion Portela pede Questão de Ordem – Naquele dia o Deputado Chicão, até de forma muito rápida, atendeu a um pedido de ordem que havia feito na comissão e já era matéria preclusa. Então, não se poderia conceder vistas porque a matéria não estava em discussão, não constava na Ordem do Dia, se a matéria não está na pauta, não pode ser dado vistas em plenário, porque ela acabara de ser deliberada na comissão e o Deputado Chicão concedeu esse pedido de vistas. Eu queria só lembrar a Vossa Excelência que eu disse naquele dia de forma reservada, e digo agora, que a cadeira da presidência, ocupada por vossa Excelência, pela Deputada Aurelina, pelo Deputado Chico Guerra, Chicão ou qualquer outro Deputado, tem a simbologia e a respeitabilidade de representar o Poder Legislativo e, ao mesmo tempo, dirigir os trabalhos da Casa.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Acatado a Questão de Ordem do Deputado Flamarion Portela. Concedo vistas, regimentalmente, ao Deputado Damosiel.

Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado Rodrigo Jucá – O Projeto da Defensoria Pública foi votado ontem em Comissão. Ele tem previsão para ir à pauta?

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Está previsto para a pauta da próxima Sessão.

Não havendo quem queira se pronunciar e, não havendo mais nada a tratar, encerro a Sessão convocando outra para o dia 06, à hora regimental. Estiveram presentes à Sessão os Senhores Deputados: **Ângela Águida Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jalser Renier, Jânio Xingú, Joaquim Ruiz, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.** Aprovada Ata Sucinta em: 06/06/12

ATA DA 2125ª SESSÃO, EM 06 DE JUNHO 2012.

43º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.

=ORDINÁRIA=

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS.

(Em exercício)

Às nove horas do seis de junho de dois mil e doze, no Plenário

desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima vigésima quinta Sessão Ordinária do quadragésimo terceiro período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Senhor Presidente, há quórum regimental para abertura da Sessão.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus, e em nome do povo roraimense, declaro por reaberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (Chicão da Silveira) - Lida a Ata.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

- Indicação s/nº, do Deputado Jean Frank, de 05/06/2012, indicando a construção da cobertura da quadra de esportes da Escola Estadual Indígena Riachuelo, localizada na comunidade do Sucuba, Município de Alto Alegre, bem como a construção de vestiários masculinos e femininos da respectiva quadra.

- Requerimento nº 002/12, 05/06/2012, do Deputado Erci de Moraes, requerendo prorrogação de prazo, por igual período, para funcionamento da Comissão Especial destinada a emitir Parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 008/2011, que dá nova redação ao art. 20-D.

- Requerimento s/nº, de vários Deputados, de 04/06/2012, solicitando Audiência pública com a Associação da Cadeia Produtiva Florestal da Amazônia, conhecida como Unifloresta, para debater a questão do desmatamento e a problemática do setor madeireiro no Estado.

- Requerimento s/nº, de vários deputados, solicitando a convocação da servidora Larissa Pereira Costa, pregoeira vinculada à SESAU, para prestar esclarecimentos junto às Comissões de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle e Administração e Serviços Públicos, relativos ao Processo 20601.01871/12-4.

- Indicação s/nº, do Deputado Jean Frank, de 06/06/2012, indicando a recuperação e terraplanagem de 20 km da Vicinal 02, região Sumaúma, Município de Mucajá, que se encontram em estado crítico.

EXTERNO:

- Ofício nº 1.344/12, de 28/05/12, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, informando a realização, no dia 15/06/12, do Fórum Legislativo de Segurança Pública naquela Casa de Leis.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Senhor Presidente, não há Orador inscrito.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) - Passaremos para a Ordem do Dia. Anuncio para a pauta da Ordem do Dia, discussão e votação, em turno único, do Projeto de Lei número 023/12, que “Dispõe sobre o quadro de pessoal e o plano de cargos e salários dos servidores da Defensoria Pública do Estado de Roraima, e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei número 023/12

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Lido o Projeto de Lei nº 023/12, com as Emendas.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Em discussão o Projeto de Lei nº 023/12, com suas emendas.

Não havendo quem queira discuti-los, passamos para votação. A votação será nominal e eletrônica, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 232 do Regimento Interno. Comunico que os Senhores Deputados têm um minuto para, querendo, justificarem seu voto.

Votando sim”, os Senhores Deputados aprovam a proposição e, votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel para votação.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente, a liderança da oposição, no exercício da função, orienta a votarem sim pela aprovação do Projeto da Defensoria Pública.

O Senhor Deputado Marcelo Cabral – Senhor Presidente, acompanho o voto da oposição, sim.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Declaro aprovado o Projeto de Lei nº 023/12, em turno único, com 17 votos favoráveis, nenhum contrário, e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Requerimento nº 019/12, que requer, após ouvido o Plenário que seja realizada no dia 13 de junho do corrente, pela manhã, no Plenário Noêmia Bastos Amazonas, Audiência Pública com a Associação da Cadeia Produtiva Florestal, conhecida como Unifloresta, para debater a questão do desmatamento e a problemática do setor madeireiro no Estado de Roraima, de autoria de vários Deputados.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Em discussão o Requerimento.

O Senhor Deputado Jalser Renier – Senhor Presidente, gostaria de discutir o requerimento e colocar alguns pontos que considero importantes dentro do entendimento da base do governo, também com os demais Deputados. Na verdade, o requerimento estabelece que seria no dia 13 de junho, pela parte da tarde, mas o autor do requerimento não se encontra em plenário. Então, gostaria de pedir para que Vossa Excelência adiasse essa leitura e que deixássemos para analisar com o presidente da Comissão de Indústria e Comércio juntamente com o Presidente da Comissão de Agricultura e do meio ambiente, também para que ambos pudessem encontrar um consenso sobre uma melhor redação, trazendo os segmentos referentes aos pontos que estão sendo citados no requerimento. A minha proposta seria passarmos essa responsabilidade para a presidência da Comissão de Justiça, meio ambiente e também de Agricultura, para que eles pudessem moldar o requerimento e apresentar um requerimento mais objetivo para que pudéssemos apresentar em plenário. É essa a minha sugestão.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Acatado a sugestão do primeiro secretário. Vamos transferir para a próxima Sessão.

Solicito ao senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Requerimento nº 019/12, que requer a convocação da servidora Larissa Rita Pereira Costa – Pregoeira vinculada à SESAU, para, em data a ser fixada pela Mesa Diretora, prestar esclarecimentos junto à Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle e Administração e serviço público, relativas ao Processo 20601.01871/124, referente à contratação de serviços de terceiros para atender ao Hospital Materno Infantil Nossa Senhora de Nazaré.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) - Lido o o Requerimento.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Em discussão o requerimento.

O Senhor Deputado Erci de Moraes - Senhor Presidente, eu quero mais esclarecimentos sobre esse pedido, porque ele parece um pouco inusitado. O Presidente da Comissão de Licitação de uma Secretária vinculada a um Secretário! Acho que não seria nem ético esta Casa, antes de acionar o Secretário, de imediato já querer convocar a Presidente da Comissão de Licitação. Ou se convoca o Secretário com base nisso, ou se convoca os dois, pois acho que não seria um bom caminho aprovar esse Requerimento convocando a revelar o Secretário.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Também gostaria de ir pela mesma linha do Deputado Erci. Não dá para chamarmos o Presidente de uma CPL sem passar pelo Secretário de Estado. Peço que revejam isso, e que não coloquem nem em votação uma proposta desse nível, pois não há como, não há nenhuma carência de legalidade para se convocar o Presidente da Comissão de Licitação sem estar presente o Secretário de Estado da Pasta.

O Senhor Deputado Rodrigo Jucá – Gostaria de saber se consta no Requerimento alguma justificativa, porque eu não ouvi nenhum argumento ou fundamento para embasar esse Requerimento de convocação. Então, se não há fundamento, é contrário ao Regimento. Sinceramente, eu vejo uma fragilidade imensa nesse Regimento.

O Senhor Deputado Jalser Renier – Na verdade, o que o Deputado Joaquim falou é exatamente o que o Regimento Interno ampara, porque você não pode de maneira alguma ultrapassar os limites da hierarquia. Se existe um problema detectado pelo Parlamentar, que não está em plenário, é de praxe que a Assembleia Legislativa vote os Projetos, bem como os Requerimentos quando o autor estiver presente. E, o autor do Requerimento é o Deputado Xingú, por isso, peço a Vossa Excelência que não coloque o

Requerimento em votação sem a presença do autor. Com relação ao Secretário da Pasta, se houver algum problema, ele tem que vir aqui juntamente com as pessoas ligadas ao comando licitatório.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus – Todos os apertes estão condizentes com a norma legal, mas eu entendo que não é necessário convocar o Secretário de Saúde só porque ele é o chefe maior da Pasta. A Assembleia Legislativa pode convocar qualquer ocupante de cargo público do Estado, independente de convidar o Secretário. Pode ser feito no momento um Requerimento para que esta Casa aprove a vinda do Secretário, pois isso já foi feito várias vezes aqui. Eu concordo com o Deputado Jalser, é praxe nesta Casa, e eu espero que continue sendo, não se votar nenhuma matéria com a ausência do autor. Se esta Casa tomar esta decisão agora, que seja uma norma a ser seguida daqui para frente. Acredito que o Requerimento esteja carecendo de maiores esclarecimentos e pode ser aguardado o autor para uma nova votação.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Eu entendo que quando o Requerimento está com essas justificativas, está circunstanciado as razões para convocações dessa natureza. Entendo até que não se faça necessária a presença do Deputado que teve a iniciativa, mas nesse caso se constata que, efetivamente, nem o autor da iniciativa esta em plenário, bem como no Requerimento não há acostado a justificativa para a convocação, razão pela qual eu transfiro para a próxima Sessão.

Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado Célio Wanderley – Gostaria de convocar os Membros da Comissão de Orçamento e Finanças para uma reunião, após o término da Sessão, pois existem vários projetos prontos para serem votados.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente, em Explicações Pessoais quero cobrar da Mesa Diretora a definição de uma data para uma Audiência Pública, cujo requerimento foi aprovado por este Poder, de minha autoria, para discutirmos a questão do programa “Luz para Todos” no nosso Estado, com a presença de representantes da CER, ELETROBRÁS, Minas e Energia, para que possam explanar sobre a implantação do programa “Luz Para Todos” que, de antemão, temos conhecimento que não está sendo executado na sua plenitude. São 64 milhões de reais aprovados para atender nove mil famílias, sendo que o contrato já foi prorrogado por três vezes e acreditamos que menos da metade das pessoas foram atendidas dentre as que estavam previstas. Queria mencionar que o Governo do Estado não pode firmar outro convênio com o Ministério das Minas e Energias em virtude do atual convênio que ainda estar em vigor. Então, precisamos cobrar celeridade a esses órgãos para que atendam principalmente as comunidades do interior do Estado, as cidades do interior que sequer foram contempladas, pois muitas vicinais estão sem luz. Então, nós queremos reiterar o pedido à Mesa Diretora que marque essa Audiência o quanto antes, de preferência neste primeiro semestre, haja vista que luz e energia é desenvolvimento, é cidadania.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Fica registrado o Requerimento do Deputado Soldado Sampaio.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Presidente, gostaria de fazer um apelo à Mesa para que coloque na pauta a regulamentação da Lei Jalser Renier, assinada por 20 Deputados a maioria absoluta, pois essa Resolução está pronta há mais de 20 dias e a Mesa não coloca em pauta a regulamentação para que possamos convocar, por lei, todos os presidentes de instituições e fundações ligadas ao Governo do Estado.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Essa Resolução trata-se da PEC de autoria do Deputado Jalser Renier, estabelecendo a necessidade de, anualmente, serem convocados presidentes de autarquias, fundações e sociedade de economia mista, para que apresentem relatórios de atividades durante sua gestão. Levaremos, também ao Presidente da Casa vosso requerimento.

Não havendo mais nenhum Deputado que queira se pronunciar e, não havendo mais nada a tratar, encerro a presente Sessão e convoco outra para o dia 12, à hora regimental.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela Á. Portella, Aurelina Medeiros, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Dhiêgo Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jalser Renier, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Mecias de Jesus, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 12/06/12

**ATA DA 2126ª SESSÃO, EM 12 DE JUNHO 2012.
43º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.**

=ORDINÁRIA=

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS.

(Em exercício)

Às nove horas do dia doze de junho de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima vigésima sexta Sessão Ordinária do quadragésimo terceiro período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Senhor Presidente, há quórum regimental para abertura da Sessão.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus, e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (Chicão da Silveira) - (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) –Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

.Memorando nº 042/12, de 04/06/12, do Deputado Brito Bezerra, comunicando sua ausência às Sessões Plenárias dos dias 04 a 11/06/12.

.Indicação s/n, de 06/06/12, do Deputado Francisco Assis da Silveira, indicando a recuperação da estrada da Vicinal 02 do PA Nova Amazônia I, região do Truaru, localizada a, aproximadamente, 70km de Boa Vista.

RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:

.Mensagem Governamental nº 26, de 06/06/12, comunicando o veto total ao Projeto de Lei nº 047/12, que institui o Dia do Militar Estadual Inativo e Pensionista e dá outras providencias.

EXTERNOS:

Carta s/n, de 16/05/12, da ESAF, informando a divulgação do Concurso de Monografias em Advocacia.

.Ofício SGP nº 2982, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, encaminhando avulsos de requerimento.

.Comunicados nºs AL044834 a AL044842, de 28/05/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros para a execução de programas das Associações de Pais e Mestres de Escolas Municipais e Estaduais.

.Ofício Circular nº 08/12, de 29/05/12, do Conselho Nacional do Ministério Público – Corregedoria Nacional, comunicando a realização de Inspeção nas Unidades do Ministério Público situadas no Estado de Roraima.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Procede à chamada.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores deputados, Senhoras e Senhores presentes em nosso Plenário. Eu tenho, da Tribuna da Casa, por várias vezes, feito discurso cobrando sobre o curso de medicina na Universidade Estadual, finalmente ouvi uma voz no Congresso Nacional, ontem, cobrando do Governo Federal. Parabenizo a Presidenta Dilma pela criação de novos cursos de medicina na Amazônia, sobre os quais, Senador Romero Jucá, abordou. Qual é o meu projeto que não anda? Que a Universidade Estadual crie curso de medicina, disponibilizando 50% das vagas para os alunos da rede pública dos municípios do interior de Roraima, com isso, iremos resolver o problema da falta de médicos e principalmente de especialistas no interior do nosso Estado. Esse é um projeto que não é para hoje nem para o amanhã, porque não se forma um médico

em seis anos. A formação de um médico chega a dez anos. Hoje, nós precisamos contratar na rede pública do estado mais de 228 médicos de imediato. E o que faz a universidade? Cria cursos em que se começa do nada e vai a lugar nenhum, deixa de criar um curso que tenha mercado de trabalho promissor, quando precisamos atender as demandas do interior do Estado de Roraima. Então, hoje coloco esse assunto que para mim é recorrente. Ontem, assisti ao pronunciamento do Senador Romero Jucá, abordando o tema da criação e da ampliação dos cursos de medicina na Amazônia. Em relação ao tema, já tinha participado de uma reunião em São Paulo, coloquei aqui em sessão Plenária a situação sobre o Ministério da Educação que iria alocar recursos ainda este ano para que as universidades públicas ampliassem ou criassem cursos na Amazônia. Nós não criamos cursos, e estamos perdendo recursos financeiros para investimento em saúde pública. Como está para ser inaugurado o Hospital das clínicas, poderíamos transformar o atual em hospital universitário. Qual é a diferença? É simples, todo hospital universitário recebe o triplo de recursos do SUS porque lá estarão alunos e terá perda de equipamentos, de materiais. Portanto, o SUS paga triplicado, com isso, melhorariamos a qualidade do atendimento no nosso hospital universitário e se proporcionaríamos uma melhor qualidade para o ensino de enfermagem, técnico de enfermagem, medicina e outros cursos afins.

Por último, o que eu quero colocar algumas situações, Deputado Chagas, Vossa Excelência que é advogado, e faço um apelo ao Ministério Público do nosso estado, é que pesquisei na internet para saber se durante os últimos dez anos algum Ministério Público de algum estado brasileiro fez concurso público, não encontrei nenhum, mas Roraima é diferente. O Ministério do nosso Estado abre concurso público em São Paulo, Brasília e em Boa Vista, as primeiras provas Deputado Ionilson vão ser em São Paulo e Brasília. Quero fazer um apelo ao Doutor Stica que hoje administra o Ministério Público do nosso Estado que reveja isso. É inadmissível, os nossos filhos que cursaram direito tenham que concorrer com São Paulo e Brasília, não tem como, são 08 vagas. Não vi nenhum posicionamento por parte da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Roraima, em nenhum momento, mas quando a Assembleia criou o PROCON aqui, a Ordem dos Advogados do Brasil diz que vai para justiça, mas quando o Ministério Público do nosso Estado lança um concurso abrindo provas em São Paulo e Brasília, não vi o posicionamento da Ordem dos Advogados do Brasil aqui do nosso Estado, lamentavelmente. Vou apresentar alguns dados aqui, e não são dados empíricos, são dados pesquisados. Os 14 melhores cursos do País na área do direito, quem diz é a OAB nacional, estão concentrados, três em São Paulo, 02 em Brasília, está qui o documento tirado da internet. No último, agora quando teve as provas da OAB, vou mostrara como ocorreu. No Distrito Federal, se inscreveram 4.559 graduados para prestar concurso da OAB, passaram 1007. Em São Paulo se inscreveram 23.608, passaram 4.788. Em Roraima se inscreveram 331, e passaram 58, como os nossos filhos vão concorrer por igual com o pessoal de São Paulo e Brasília? Mas o Ministério Público é do Estado de Roraima, as provas são públicas, todos os brasileiros podem participar que tenham graduação em direito, mas todos os brasileiros que não moram em Roraima têm que pegar avião, carro e vir para Roraima fazer o concurso público aqui no nosso Estado. É inadmissível que se faça concurso público no Estado de São Paulo, no Distrito Federal e os candidatos venham competir com os nossos filhos aqui em Roraima, porque esse Ministério Público recebe recurso das receitas do nosso Estado, e não de São Paulo e Brasília. Portanto, faço esse apelo ao Doutor Fábio Stica que reveja as provas que serão realizadas em Brasília e São Paulo, que faça como está fazendo o Tribunal de Justiça do nosso Estado, fazendo concursos públicos em nível nacional, mas com provas no nosso Estado. É o apelo que deixo aqui da Tribuna. Eu sei que é um tema que poucos têm coragem de colocar, mas é preciso que o nosso parlamento tenha a coragem de falar e colocar para opinião pública que nós não aceitamos que haja concurso em São Paulo e Brasília para competir por igual com os nossos filhos que são desiguais.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Soldado Sampaio - Deputado Joaquim, obrigado pelo aparte. Parabenizo Vossa Excelência que tem total razão, conte com o nosso apoio ao abordar essa atitude do Ministério Público. Acho que não podemos impedir que pessoas de outros Estados da federação façam o concurso, mas levarmos o concurso ao encontro dessas pessoas, para mim, é um absurdo a menos que o Ministério Público justifique a real necessidade desse precedente tão grave. Isso nos preocupa, isso está dizendo que não temos mão de obra qualificada para ocupar as vagas abertas através de concurso

público. Agora, deputado Joaquim, infelizmente, me parece que isso já é moda no nosso Estado. O ministério público está dando um péssimo exemplo ao seguir o próprio executivo que vem dando esse exemplo por várias vezes de falta de valorização das coisas da nossa terra. Um exemplo bem claro foi o projeto do Deputado Brito que aprovamos aqui para regionalizar a merenda. A intenção do projeto do deputado era fazer com que a merenda escolar fosse comprada aqui da agricultura familiar, do pequeno agricultor, os recursos ficariam aqui, proporcionaria geração de emprego no nosso Estado, oferecer às crianças, merenda de melhor qualidade, ao invés de importarmos frangos e outros embalados de Santa Catarina, Paraná como acontece atualmente. Olha, mentalidade dos nossos gestores tanto do Ministério Público como do Executivo. O nosso faradamente escolar, lembro muito bem, era produzido aqui, quantas mães de famílias não eram empregadas, na associação, nos clubes de mães nos bairros confeccionavam fardamento escolar para os nossos alunos. Infelizmente, hoje estamos importando de Santa Catarina a preço altíssimo e de péssima qualidade. Então, é preciso que este parlamento não aceite mais a desvalorização do nosso pessoal, é preciso investir na capacidade do povo daqui, isso vale para o Executivo e para o Ministério Público.

Quero me somar à preocupação de Vossa Excelência, vamos prosseguir juntos nessa questão, pois não podemos aceitar da forma como está. Temos aqui faculdade de excelente nível, tanto pública, quanto privada. Temos aqui bacharéis em Direito que demonstram, através da prova da OAB, o quanto estão bem capacitados, preparados por nossas universidades.

Então, quero me somar a Vossa Excelência.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz continua. - Obrigado pelo seu aparte, e passo a palavra ao deputado Ionilson.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ionilson Sampaio - Meu caro Deputado, seu discurso é sensato, é um discurso que chama atenção para uma questão, confesso a Vossa Excelência, desconhecia que o edital tinha saído dessa maneira e, de certa forma, é injustificável, levarmos esse concurso para outras capitais do País, embora constitucionalmente não se possa impedir a vinda de pessoas para cá, logicamente. Mas esse concurso só se justificaria se fosse realizado dessa forma se fosse para um cargo público da União, AGU, Ministério Público Federal, mas um concurso público para o Ministério Estadual é realmente estranho. Propomos procurarmos o Ministério creio, que ele será se sensibilizará diante da preocupação de Vossa Excelência e também desta Casa, em relação ao prejuízo da sociedade roraimense, de forma que possa fazer uma mudança nesse edital. Então, pelo menos aqueles que quiserem participar que venham fazer o concurso público aqui em nível estadual, mas promover esse certame em outras capitais, fora do nosso estado, fora o município de Boa Vista, não vejo razão nenhuma e não entendo por que foi feito dessa maneira. Acredito que o Doutor Fábio Stica, procurador Geral de Justiça, irá nos explicar essa situação, e a possibilidade de fazer uma modificação nesse edital. Vossa Excelência está de parabéns pelo pronunciamento e sugiro Deputado Joaquim, juntamente com mais quatro ou cinco Deputados, visitarmos o Ministério Público para levar esse pleito que é legítimo. Obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Gabriel Picanço - Em relação ao tema do seu discurso, tenho uma filha formada em Direito. Então, se os ônus são para a gente e o Estado pagar, então acredito também que o bônus deva ser dividido com os filhos de Roraima. Não sou contra nenhuma pessoa fazer o concurso, desde que venha fazer aqui, não levar o concurso a São Paulo ou Brasília, que é desleal. Necessariamente o Estado de Roraima precisa dar oportunidade aos seus filhos. E, com este intuito, quero me juntar a Vossa Excelência caso se forme a Comissão que irá com Dr. Fábio. Na oportunidade, vou deixar um pedido ao Dr. Fábio Stica que reveja, se possível cancelar esse modelo de edital do concurso elaborado. Então, nessa alteração, determine que os inscritos venham realizar na nossa capital, pois, um concurso constitui-se como maior patrimônio da vida de um cidadão brasileiro. Então, por isso vamos satisfazer e incentivar o desejo, a vontade de nossos filhos a prestar esse concurso para que eles também tenham oportunidade de concorrer de igual para igual. Obrigado.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz continua - Senhor presidente, reforço o apelo para que se forme uma Comissão composta por três ou quatro Deputados para discutir com o Dr. Fábio Stica a reivindicação do Deputado Ionilson. Proponho que a mesa da Casa busque entendimento junto ao Executivo para criação do curso de medicina, tendo em vista que há recursos disponíveis no MEC para criarmos o curso de medicina na nossa universidade Estadual. E, por último,

convindo a Comissão criada para analisar a dívida pública para a audiência hoje na Secretaria da Fazenda, às onze horas, com nosso Secretário para colocarmos o assunto em pauta e se busque todo o material necessário sobre a dívida do Estado para que possamos tomar uma posição mais firme em Brasília. Obrigado.

O Senhor Deputado Jânio Xingu – Senhor Presidente, salvo engano, consta na pauta da Ordem do Dia o pedido de audiência pública sobre os madeireiros lá do Sul do Estado, especificamente de Rorainópolis. Em relação a esse assunto, peço apoio ao Deputado Remídio, que é um Deputado que vive naquela região, tendo uma base política muito forte, conforme as urnas confirmam. Onde ele foi o Deputado mais votado. Espero que continue assim, e conto com seu apoio, para o fato político ocorrido em Roraima, que ninguém se atentou para isso. Foram presos mais de 20 empresários do setor madeireiro de Rorainópolis, de Mucajaí, de Caracará, a grande maioria dos quais se concentra em Rorainópolis especificamente no distrito de Nova Colina. E sobre esse fato ninguém falou nada, salvo engano o Deputado Remídio fez um pronunciamento dizendo apenas que, em Rorainópolis, mais de dois mil pais de família desempregados, e mais nada falaram. Todos se calam. Certamente, daqui a um mês, todo mundo vai falar muita coisa na campanha em Rorainópolis, que vão salvar o planeta, resolver os problemas da cidade, todos vão ser felizes e que as coisas ruins vão ficar mais distante. Essa não é a realidade vivida hoje em Rorainópolis, é uma realidade muito diferente, conforme se vê. Nesta Casa, juntamente com o Remídio, estamos nos esforçando nos empenhando em favor do povo de Rorainópolis que faz parte de Roraima, pedimos audiência Pública que é uma oportunidade para esses empresários falarem o que está acontecendo, em que estão sendo afetados, entretanto estou tendo a maior dificuldade para marcar o evento. Mas, de uma coisa eu tenho certeza, é que daqui um mês o palanque estará montado em Rorainópolis. Deputado Mecias, você conhece muito bem, e, aí, a situação do seu José, dona Maria, seu João que hoje não têm nada na sua casa para comer porque o comércio de Rorainópolis e de Nova Colina cortaram seu crédito, as empresas estão lacradas e o empresário certamente não tem condição de pagar salários dos funcionários. Aí o discurso é ao contrário, é lindo, é da paz e do progresso. Mas, neste é preciso que se entenda que os políticos, inclusive, eu, não podemos agir assim, porque a covardia é surda só ouvem o que lhes convém e os covardes podem até fazer sucesso, mas é por pouco tempo, pois o sucesso não dura. Portanto, peço aos meus colegas, aos meus pares, que aprovelem e votem em favor da audiência pública, voltada para o setor da indústria madeireira do Estado de Roraima, não vamos deixar de fazer isso, não vamos nos omitir porque senão lá na frente a sua dívida com muita gente será muito maior. E deixo bem claro que não tenho medo, nós fomos eleitos para defender o povo, fomos eleitos para falar, a imunidade é para isso, caso contrário não tinha nenhuma razão dela existir. É preciso que nós tenhamos força, determinação e coragem para enfrentar os problemas de frente, independente de quem quer que seja, Rorainópolis vive um problema grave, pessoas passando fome, um caos social, mas pouco se fala nisso. Disseram que veio um grupo de aventureiros do Estado do Pará para explorar madeira ilegal em Rorainópolis. Comprei passagem não por desta Casa, com meu dinheiro, fui a Belém ver de perto o patrimônio desses homens. O Senhor Deputado Brito, Presidente da Comissão de Indústria e comércio, ficaria surpreso com o patrimônio deles, homens que geram no Pará mais de noventa mil empregos, trabalham em harmonia com o meio ambiente fazendo o manejo florestal em harmonia com as autoridades do setor ambiental no Estado do Pará.

Empresários que estão em Rorainópolis, com segmento madeiro no Pará, investimento de mais de trinta milhões de reais. Conclui-se, pois, quem tem trinta milhões de reais em investimento não pode ser um aventureiro.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Remídio Monai – Assim que aconteceram as prisões dos madeireiros, entramos em entendimento com Deputado Chico Guerra, disponibilizamos um Advogado na Polícia Federal para acompanhar o caso. O fato é que não podemos agir com a emoção, não podemos resolver a situação da noite para o dia. Durante os primeiros cinco dias não se pode fazer nada, o tempo foi para averiguação de documentação etc. Fiz um pronunciamento na terça-feira a respeito da situação dos madeireiros, a minha preocupação não é com a UNIFLORESTA, como Vossa Excelência disse são milionários. A minha preocupação é com a questão social no Estado de Roraima, e não é só em Rorainópolis, e com os madeireiros que estão no Distrito Industrial, como o Senhor Fernando Rossi que está em Mucajaí, com pessoas que fazem parte de um grupo

que exporta madeiras há muitos anos, hoje o principal item de exportação é a madeira, tem uma geração de emprego de vinte anos, não é igual aos madeireiros que estão em Rorainópolis, não! Então, eu não quero aqui falar em nome da UNIFLORESTA, isso eu vou deixar para Vossa Excelência que já disse que são milionários. Estivemos reunidos com o pessoal da UNIFLORESTA no meu gabinete, recebi com maior carinho em Rorainópolis nos reunimos com o pessoal da UNIFLORESTA. A minha preocupação é com as pessoas que estão sendo desempregadas. Tomei conhecimento que cada madeireiro desses deve cinquenta a cem mil em postos de gasolina, me preocupa também a situação dos funcionários do ramo madeireiro que compraram um eletrodoméstico acreditando no emprego que conseguiu no setor madeireiro. Agora, diante de toda essa reviravolta estão preocupados como vão pagar, da mesma forma o empresário que vendeu porque não sabe se vai receber o pagamento. Então, juntamente com o Prefeito Jean e o Deputado Luciano Castro, pedimos uma audiência entre o Governador e os madeireiros. Também ao Deputado Chico Guerra pedimos uma audiência para hoje à tarde, e ele se comprometeu fazer contato com os órgãos, antes teríamos que fazer convite, mas está muito em cima, mesmo assim o Deputado Chico Guerra está tentando se reunir hoje à tarde, para nós formarmos uma pauta junto à FEMAR, INTERAIMA, PROGE, SEPLAN sobre fatos e situações que possam ser concretizados. Para falar da tribuna é muito fácil! Eu, Graças a Deus! Tenho até hoje, pautado o meu trabalho, na tentativa de resolver problemas, se for falar por falar, é fácil! Então, eu tenho tentado explicar isso para o pessoal da UNIFLORESTA, mas eles estão muito afoitos, agindo pela emoção. Tento dizer-lhe que vamos ajudá-los, a Assembleia está à disposição deles, o Presidente Chico Guerra tem se prontificado, pois não pode ser à força ou no grito. O Governador se prontificou a recebê-los hoje à tarde, é resultado de acertos feitos junto com o Deputado Luciano Castro. Não estamos colocando questões políticas aqui, repito, não estou defendendo a UNIFLORESTA, quero defender os madeireiros como um todo, defendendo os trabalhadores do setor. Se Vossa Excelência concordar com esse pensamento e tiver paciência de nos acompanhar para falar com o Presidente, ir aos órgãos envolvidos, discutirmos a situação, conte comigo. Muito obrigado!

O Senhor Deputado Jânio Xingú continua – Quero destacar, o Advogado mencionado não compareceu à Polícia Federal. O Advogado da UNIFLORESTA, que deu assistência, foi o Doutor Murilo.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Remídio Monai – Como eu falei, nós colocamos o Advogado à disposição, só como Vossa Excelência falou, eles têm dinheiro, já vieram com o Advogado deles, então foi necessário o Doutor Alisson prestar o atendimento, mesmo assim ele esteve na Polícia Federal.

O Senhor Deputado Jânio Xingú continua – Em nenhum momento eu falei a palavra milionários, falei em investidor. O Estado de Roraima é pequeno, não pode expulsar investidor. E Vossa Excelência sabe disso, até porque é empresário. Sabe também que homens, como o Dalmo, que paga duzentos mil reais de impostos por mês para o Estado. Essa quantia para um Estado pequeno como Roraima significa muito. Roraima, que vive das migalhas da União, não pode dispensar investidor. Se essa política permanecer certamente vamos voltar a condição de território. Portanto, eu não estou defendendo milionários, estou tratando de investimentos. Eu fui ao Estado do Pará, observei os investimentos, existem homens trabalhando na geração de empregos e renda, e o mesmo deve ser feito aqui em Roraima. E o primeiro passo seria estabelecer a união entre os órgãos ambientais e o Governo do Estado, com a classe política para resolver o problema do setor, visando a geração de emprego. Vossa Excelência tem conhecimento que só no Município de Rorainópolis 35% da economia vem do setor madeireiro, imagina-se a situação sem a geração de renda do setor madeireiro, vai ficar pior do que o Uiramutã.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Acho que seria prematuro tomarmos um posicionamento sem saber o teor das acusações que eles sofreram. A Polícia Federal esteve na FEMAR, IBAMA e outros, e segundo os meio de comunicação, as autorizações de desmatamento, as ATPF Autorizações de Transporte de Produtos Florestais, eram clonadas, algumas clonadas com as de ATPF do Estado do Pará. Quer dizer, nós não estamos generalizando essas acusações...Então, o que ficou configurado nas acusações foram práticas de crimes de ordem ambiental, crime de fraude, falsificação de documentos. Então, nos temos que ter muito cuidado quando formos tratar dessas questões, nós podemos conversar com eles, antes, porém, precisamos conhecer o teor dessas acusações, de que maneira foi

feito, para só então emitir um parecer de valor. O Estado de Roraima precisa do setor madeireiro, mas as questões relativas a este setor têm que ser tratadas dentro da legalidade, dentro de uma legislação que o disciplina, sem que isso seja extrapolado, porque quem extrapola sabe o risco que está correndo e possível de ser penalizado, sofrer as sanções que a lei prevê. Portanto, sou pela sensatez, assim como o discurso do Deputado Remídio, saber em que pé está a situação, mas não significa que não possamos atendê-los, conversar com eles, agora, emitir juízo de valor, dizer que a operação não deveria ter acontecido, que era para estar trabalhando, enquanto não tiver acesso às informações sobre as acusações feitas a eles, eu não gostaria de emitir posicionamento, pois desconheço o teor dessas acusações. Obrigado

O Senhor Deputado Jânio Xingu continua. Obrigado, Deputado Ionilson pela sua intervenção. Cito a frase que ilustra essa situação. “É caminhando que se encontra o caminho”. Se não sentarmos com o setor, não tomamos uma atitude, certamente, vai ficar pior do que está portanto, o que está se provocando aqui, Vossa Excelência, que é Presidente da Comissão do Meio Ambiente entenda, não estou apontando o certo ou o errado, mas que a gente reúna representantes do meio ambiente, Governo do Estado, União, através do IBAMA e INCRA, para que possamos chegar ao consenso, a um acordo. E, a partir desse encontro, os que quiserem, daí para frente, trabalhar na ilegalidade estarão fora. O Estado certamente vai virar as costas para ele, mas, os que optaram trabalhar de forma legal, fazendo manejo florestal, produzindo, gerando emprego, pagando impostos para o Estado, será desses homens que o Estado precisará. É o meu ponto de vista.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Deputado Xingu, atentamente acompanhei o seu pronunciamento, escutei os apertes dos Deputados Remídio e Ionilson. O PIB do nosso Estado é concentrado na área pública, enquanto Rorainópolis é o único município onde, segundo os dados do IBGE, acontece o inverso, praticamente meio a meio: PIB empresarial e PIB público, mas concordo tratar-se de problema social, é evidente que a Assembleia tem que participar. Tenho informação de que amanhã haverá uma audiência pública com relação à situação. Quero saber, se houver essa audiência pública, o seu discurso teria uma força muito grande amanhã na audiência pública. Não tenho certeza, tenho informação, então pergunto à Mesa. Obrigado.

O Senhor Deputado Jânio Xingu continua. - Deputado Joaquim, estamos com um Requerimento, inclusive, tem 14 assinaturas de Deputados para que este plenário aprove a realização da audiência pública para o setor. Independente de quem quer que seja, a proposta é discutir e achar um caminho para que o setor possa trabalhar dentro da legalidade, gerar emprego e renda que pague imposto para o Estado de Roraima. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) - Anuncio para a pauta da Ordem do Dia a discussão e votação em turno único da Mensagem Governamental nº 022/12, de Veto Total ao Projeto de Lei nº 027/11, que dispõe sobre a inclusão da disciplina Educação para o Trânsito no currículo do Sistema de Ensino Estadual, e dá outras providências, de autoria Governamental; do Requerimento nº 019/12, convocando a Senhora Larissa Rita Pereira Costa, pregoeira da SESAU, para prestar esclarecimentos junto às Comissões de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle e Administração e Serviços Públicos, de autoria do Senhor Deputado Jânio Xingu; e do Requerimento nº 020/12, solicitando a realização de Audiência Pública com a Associação da Cadeia Produtiva Florestal da Amazônia, com o objetivo de debater a questão do desmatamento e a problemática do setor madeireiro no Estado de Roraima, de autoria de vários Deputados.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura da Mensagem Governamental nº 022/12, de Veto Total ao Projeto de Lei nº 027/11 e do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio pede uma Questão de Ordem. - Peço ao Primeiro Secretário, haja vista que o parecer da assessoria jurídica é pela manutenção do veto desta Casa. Qual o parecer da assessoria jurídica quando foi votado aqui pela primeira vez? Eu tenho percebido que a assessoria jurídica se posiciona de uma forma, depois volta atrás. É natural no mundo jurídico, mudar o entendimento de acordo com cada assessor jurídico. Às vezes, a PROGE traz novas informações. Então, qual o posicionamento da Consultoria Jurídica desta Casa?

O Senhor Deputado Jalser Renier – Deputado Sampaio, eu vou ler o relatório inicial da Consultoria Jurídica desta Casa, quando o Deputado Remídio apresentou o projeto. Eu só quero lembrar aos Senhores Deputados que na época o Deputado Flamarion era

Governador do Estado foi quando eu apresentei o mesmo projeto nesta Casa. E o projeto foi justamente para incluir a disciplina de Educação Para o Trânsito. É mais ou menos semelhante ao que o Deputado Remídio apresenta na manhã de hoje. O projeto foi aprovado por esta Casa, foi vetado pelo Chefe do Poder Executivo. E a Assembleia Legislativa manteve o veto pelas mesmas razões que são apresentadas aqui. A ideia seria uma proposta autorizativa porque o Governo não tem como mobilizar toda uma equipe, através da Secretaria de Educação, para incluir essa disciplina. Teria que ter concurso público para professores com base nessa disciplina. Enfim, teria que ter uma série de coisas. Mas eu vou ler para Vossa Excelência o relatório e a conclusão do voto da Consultoria Jurídica desta Casa.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – (Lida a Mensagem Governamental nº 022/12, de Veto Total ao Projeto de Lei nº 027/11, juntamente com o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final).

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Em discussão a Mensagem Governamental nº 022/12, de Veto Total ao Projeto de Lei nº 027/11.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – A ideia, tanto do Deputado Jalser, quanto do Deputado Remídio é louvável, ambos demonstram preocupação com o nosso trânsito violento, com o qual convivemos no dia a dia. E para isso, o melhor caminho é a educação. Eu acho que essa foi a ideia maior, tanto do Deputado Jalser, como do Deputado Remídio. Infelizmente, a iniciativa compete ao Executivo. A Assessoria Jurídica desta Casa se posicionou desde o primeiro momento demonstrando esse serviço de iniciativa, e nada podemos fazer senão concordar com a Assessoria Jurídica. Foi devido a essa preocupação que pedir a leitura do posicionamento da Assessoria Jurídica, desde o início do Projeto. Parece-me que ela está com toda a razão e vem mantendo a sua coerência. Agora, é necessário, cada vez mais fortalecer, através desta Casa, iniciativa desse tipo, buscando mecanismos legais, a maneira correta para demonstrar a nossa preocupação com o trânsito no nosso Estado.

O Senhor Deputado Erci de Moraes – Senhor Presidente, eu vou insistir numa tese, mas colocações que eu tenho feito a respeito da iniciativa parlamentar para elaboração de projeto, acho que nós continuamos apontando no alvo errado, a saída não é forçamos o executivo agir de forma inconstitucional, projeto autorizativo é um mero eufemismo que não tira o vício igual, a solução no caso, a ideia do Deputado Remídio é extraordinária, é uma indicação, e essa indicação seguida de uma negociação com o executivo, e que lá se elabore, baseado na indicação, um projeto que assegure a iniciativa do Deputado. Por essa razão eu me pronuncio favorável ao acatamento do Veto.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Coloco em votação, que será secreta e eletrônica. Nos termos do parágrafo 4, do artigo 232 do Regimento Interno, comunico que os Senhores Parlamentares, caso queiram, têm um minuto para justificar o seu voto.

Informo aos Senhores Deputados que, nos termos do inciso X do artigo 233, a votação será secreta e que o veto será rejeitado se obtiver o voto contrário da maioria absoluta dos membros desta Casa. Portanto 13 votos, votando “sim” os Deputados aprovam o Veto total e votando “não” rejeitam a matéria.

Solicito abertura do painel para votação.

O Senhor Deputado Célio Wanderley pede Questão de Ordem. Senhor Presidente, encaminho a votação acompanhando o Parecer da Assessoria Jurídica pela manutenção do Veto.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Declaro mantido o Veto Total com 13 votos favoráveis ao Projeto de Lei 027/11.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Requerimento nº 020/12, solicitando a realização Audiência Pública com a Associação da Cadeia Produtiva Florestal da Amazônia, com o objetivo de debater a questão do desmatamento e a problemática do setor madeireiro no Estado de Roraima, de autoria de vários Deputados.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) - (Lido o Requerimento).

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Em discussão o Requerimento 020/12.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente, me posiciono favorável à aprovação do Requerimento e gostaria de pedir, quando aprovado o Requerimento da Audiência Pública, que constassem na pauta as condições de trabalho vivenciadas pelos trabalhadores madeireiros. Já realizei visitas a essas madeireiras, observei que a grande parte de seus trabalhadores são de outros Estados. Considero preocupante, a exemplo do Estado do Pará, as condições precárias a que são submetidos esses trabalhadores. Então, sugiro trazer também à

baila essa discussão. Temos que nos preocupar com o desenvolvimento do Estado, com a questão ambiental, mas que trabalho seja desenvolvido dentro da legalidade, como prevê a questão ambiental, sem esquecer de levar em conta o lucro desses empresários que vão gerar riqueza em nosso Estado. É preciso, e acima de tudo, estarmos preocupados com as condições de trabalho dessas pessoas que, na sua grande parte, são oriundos do meu Estado do Maranhão, Pará, e que ficam em alojamentos. Inclusive, já temos denúncias das condições precárias a que essas pessoas estão submetidas. Então, sugiro inserir, também, ao definir a pauta, a questão das condições de trabalho dos que compõem o corpo de trabalhadores no setor madeireiro.

O Senhor Deputado Jalser Renier – Senhor Presidente, aconselhado pela equipe técnica da nossa Casa, eu gostaria de saber de Vossa Excelência se a data está fixada para o dia 13 de junho, que seria amanhã?

O Senhor Deputado Jânio Xingu – Nós já comunicamos, inclusive, ao Presidente da Assembleia, e o Deputado Remídio tem consciência de que vai ser transferida para o dia 14, para que a Assembleia tenha tempo de convidar as autoridades envolvidas no setor produtivo.

O Senhor Deputado Jalser Renier – Senhor Presidente, então, para deixar mais claro para os senhores, onde se lê dia 13 de junho, muda-se para 14 de junho, quinta-feira.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Em votação o Requerimento. A votação será simbólica, os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio pede uma Questão de Ordem – Eu pergunto à Mesa se foi acatada a minha sugestão de inserir na pauta as condições de trabalho. Se acatada, será necessária a presença do Ministério do Trabalho, para termos conhecimento se as normas trabalhistas são cumpridas para com esses trabalhadores em todo o interior do Estado.

O Senhor Deputado Jânio Xingu pede uma Questão de Ordem – Deputado Sampaio, a audiência Pública é exatamente para isso, é um fórum de discussão. Portanto, não tem como não votar o Requerimento. Se é para melhoria do setor, qualquer que seja a ideia, deverá ser inserida para posterior discussão, na busca de melhorias no setor produtivo na área de madeira. Deputado Chagas, como lembrou o Deputado Remídio, a maioria das pessoas que participarão da Audiência Pública são de Rorainópolis, distante de Boa Vista mais ou menos 350 quilômetros. Portanto, o pessoal vai sair pela manhã, por isso haveria possibilidade de realizar a audiência pela parte da tarde?

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Acatado o Requerimento do Soldado Sampaio. Todas as entidades ligadas ao setor, serão convidados. Desde já, determino ao cerimonial da Casa o envio dos convites. Da mesma forma, está acatado o Requerimento do Deputado Jânio Xingu, para a realização da Audiência no período da tarde, às 14h.

Declaro aprovado o Requerimento nº 020/12, solicitando a realização de Audiência Pública com a Associação da Cadeia Produtiva Florestal da Amazônia, com o objetivo de debater a questão do desmatamento e a problemática do setor madeireiro no Estado de Roraima, de autoria de vários Deputados.

Informamos os Senhores Deputados que na próxima terça-feira, haverá reunião das Comissões Permanentes, conforme deliberado por este Plenário.

Não havendo mais matéria para a Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Confirmando que, às 11 horas, haverá reunião na SEFAZ com o Secretário da Fazenda, para a qual convido os membros da Comissão da Dívida Pública do Estado.

O Senhor Deputado Célio Wanderley – Convido os membros da Comissão de Finança e Orçamento para uma reunião, após o término da Sessão, no intuito de deliberarmos projetos que estão nesta Comissão.

O Senhor Deputado Remídio Monai – Senhor Presidente, não apresentei meu pronunciamento por falta de algumas informações que necessitava. Então, transfiro para amanhã o pronunciamento a respeito da nossa composição partidária para as próximas eleições. Falo em meu nome, não pelo partido do qual sou Presidente. No pronunciamento de amanhã constará meu pedido ao Governador e aos demais integrantes da nossa coligação, oportunidade para que ouçam com carinho os Deputados, e as pessoas envolvidas para evitar beneficiar um grupo em detrimento de outros. Então, o fato de algumas informações, das quais precisava não chegarem a tempo, no pronunciamento de amanhã apresentarei esclarecimento sobre a composição nas coligações partidárias, na qual não estou me sentindo bem.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhor Presidente,

gostaria de convocar os membros da Comissão de Indústria, Comércio e Turismo para uma reunião hoje, às 15h, na Sala de Reuniões.

O Senhor Deputado Solado Sampaio – Senhor Presidente, só gostaria de cobrar da Mesa Diretora desta Casa tomar as devidas providências junto às autoridades estaduais com relação ao requerimento, aprovado neste Plenário, encaminhado pedido de informações às autoridades, sem obter resposta, tenho um Requerimento aprovado desde o ano passado pedindo informações ao ITERAIMA, isso há mais de um ano, porém essas informações ainda não chegaram. É uma falta de respeito muito grande. Da mesma forma, fiz um Requerimento, aprovado, solicitando informações da Secretaria de Saúde, também não obtive nenhuma resposta de maneira oficial. Então, peço à Mesa Diretora que me dê uma resposta tanto da questão do ITERAIMA como da questão da Secretaria de Saúde. Outra questão, Senhor Presidente, é um Requerimento nosso, aprovado, sobre uma Audiência Pública para discutir a questão do Programa Luz para Todos em Roraima. São 64 milhões, nove mil famílias contempladas, porém a meta não está sendo cumprida, por isso é necessária presença de representantes do Ministério de Minas e Energia, da CER, pois, o Projeto não está sendo executado em sua plenitude.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Fica registrada a solicitação do Deputado Sampaio. E, não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, convocando outra para o dia 13, à hora regimental.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela Á. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jalser Renier, Jânio Xingu, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 13/06/12



1º SEMINÁRIO DE INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO DE RORAIMA

PARTICIPE E LEVE SUA SUGESTÃO SOBRE O COMÉRCIO, O TURISMO E A INDÚSTRIA DE RORAIMA.

PROGRAMAÇÃO

Dia 21

- 1º PAINEL - LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO
- 2º PAINEL - INCENTIVOS FISCAIS
- 3º PAINEL - QUESTÕES TRIBUTÁRIAS
- 4º PAINEL - ACESSO AO CRÉDITO
- 5º PAINEL - TRANSPORTE EM RORAIMA

Dia 22

- 6º PAINEL - TURISMO EM RORAIMA
- 7º PAINEL - DESENVOLVIMENTO SÓCIO - ECONÔMICO DO ESTADO
- ENCERRAMENTO

Dias 21 e 22 de Agosto de 2012
 No Plenário Deputada Noémia Bastos Amazonas
 Informações - 4009-5669 ou www.al.rr.gov.br